

Asociación Uruguaya de Historia Económica (AUDHE)

Terceras Jornadas de Historia Económica

Montevideo, 9 al 11 de julio de 2003

Simposio N° 18

**Nombre del simposio: Simpósio 18 – Mercado y mundo del trabajo urbano**

Coordinadores: Maria Camou ([mcamou@fcsun.edu.uy](mailto:mcamou@fcsun.edu.uy))

Rodolfo Porrini ([rporrini@fhuce.edu.uy](mailto:rporrini@fhuce.edu.uy))

**Título de la ponencia: A divisão social do espaço urbano nas cidades industriais**

**Autor(es): Dra. Sandra de Cássia Araújo Pelegrini**

Adscripción institucional:

Departamento de História - Universidade Estadual de Maringá - UEM

AV. Colombo, 5790 – Jardim Universitário – Maringá – Paraná – Brasil

CEP 87010090 – Fone/Fax: (44)263-50-63.

Correo electrónico: [spelegrini@wnet.com.br](mailto:spelegrini@wnet.com.br)

PONENCIA:

**A divisão social do espaço urbano nas cidades industriais**

Sandra de Cássia Araújo Pelegrini\*

Uma das balizas mais comuns nas análises que se ocupam da divisão social do espaço urbano nas cidades industriais centra-se nos elementos materiais e funcionais que as caracterizam. Um olhar atento ao desenvolvimento das cidades parece capaz de promover a identificação dos mais diversos algoritmos de sustentação da vida citadina e dos códigos referentes às peculiaridades das vivências que comporta. Os domínios da cidade não podem ser reduzidos, portanto, à funcionalidade espacial ou aos ditames orgânicos dos seus habitantes. Eles devem ser interpretados como lugares nos quais os homens permanentemente se relacionam e experimentam a existência em sociedade. Nesse âmbito, buscar-se-á entender a organização urbana destinada a abrigar os trabalhadores industriais a partir do reconhecimento das transformações detectadas no espaço citadino europeu e brasileiro, nos primeiros anos do século XIX e XX, respectivamente.

Uma abordagem acerca do perfil das primeiras cidades industriais implica na percepção das interferências processadas no ambiente construído, no modo de vida das pessoas, no ideal destinado do progresso voltado para as necessidades da era industrial. Para atingir o objetivo proposto em torno do tema, divisão social do espaço urbano industrial, optou-se por estruturar este ensaio em duas partes. Primeiramente, apontam-se a especulação imobiliária e a reordenação do ambiente dos antigos núcleos urbanos processada através de reformas e da reutilização de espaços construtivos. Na segunda parte, rastrear-se-á soluções apontadas para adequar trabalhadores ao espaço urbano, às formas de organização da vida e do trabalho industrial, procurando analisar as condições de vida dos trabalhadores nesses locais, a revitalização de áreas

---

\* Doutora em História Social pela FFLCH/USP. Professora do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá. CEP 87 020-900. E-mail: [spelegrini@wnet.com.br](mailto:spelegrini@wnet.com.br)

verdes da cidade (destruídas pelo crescimento desordenado) e a organização de parques públicos visando valorizar hábitos saudáveis, como o lazer familiar e as atividades desportivas.

De pronto, se reconhece que as intervenções promovidas pelo poder público, nos anos iniciais da industrialização na Europa e na América Latina, prioritariamente, buscaram reabilitar as habitações coletivas e higienizar o espaço citadino de modo a evitar a disseminação de miasmas, doenças transmissíveis, modos de vida considerados promíscuos e reprováveis do ponto de vista da moral cristã e burguesa, como se demonstrará a seguir.

## **1. A industrialização e a construção do território urbano**

O estudo do "território" urbano tem sido alvo de abordagens interessadas em descortinar os artifícios do **modus vivendi** ocidental e das suas paisagens citadinas. O vislumbre do desenvolvimento tecnológico, a expansão dos meios de comunicação e a padronização dos bens de consumo pressupõem o acesso a um universo aparentemente homogêneo e articulado. Não obstante, essa imagem idílica da dinâmica urbana fragiliza-se a medida em que a diversidade do mundo moderno termina implicando múltiplas formas de organização do espaço e do corpo social, e ainda, prevendo práticas políticas que, por sua vez, envolvem ações de controle sobre os desejos humanos, entre outras formas de gestão administrativas da cidade. Nessa linha de abordagem, não raro sobressaem interpretações fundadas na relação entre o homem e o meio, na experiência social, na construção de identidades, enfim, surgem ensaios evocando as particularidades do permanente processo de difusão de uma cultura simultaneamente universal e multifacetada.

A maior parte da produção científica que se ocupa da questão da divisão social das cidades aponta os efeitos mais evidentes da revolução industrial: o aumento e a concentração da população; o crescimento dos bens e de serviços (agricultura, indústria e comércio) – aspectos que incidiram sobre os parâmetros da qualidade de vida, da longevidade humana e do aprimoramento das

exigências de consumo. Por outro lado, tais análises não escamoteiam que os rumos da redistribuição dos habitantes no território europeu decorrente das transformações técnicas e da divisão social do trabalho impeliram o deslocamento de contingentes significativos de camponeses, aventureiros e empreendedores, para as proximidades de cursos d'água e das jazidas de carvão – locais onde potencialmente se encontravam disponíveis as forças motrizes do desenvolvimento industrial. Na esteira desses desdobramentos deu-se acelerada expansão dos meios de comunicação e transporte: estradas de ferro, canais navegáveis, vias de rodagem, navios a vapor e locomotivas – tecnologias que possibilitaram maior mobilidade de pessoas e produtos, suscitando mudanças nas concepções de espaço urbano, nas políticas públicas e nas sociabilidades humanas.

Diante das necessidades criadas pelo sistema de fábrica e pelos empreendimentos industriais, o pensamento político passou a repensar os formatos tradicionais das cidades, a exigüidade das políticas públicas, bem como, os poderes exercidos pelo Antigo Regime. As autoridades buscaram “corrigir” as “deformidades” do ambiente urbano conjecturando a implementação de ações políticas, reformas, novas construções e planejamento do crescimento das extensões citadinas (BENEVOLO, 1993).

É sabido que as cidades medievais acolhiam, nas áreas centrais, igrejas, palácios dos nobres e conventos (tidos como os principais monumentos citadinos) e que ao redor desses locais erguiam-se casas diminutas e compactas, cercadas por ruas estreitas. Embora toda a extensão central das cidades tenha sido, a princípio, ocupada por segmentos sociais mais abastados, observa-se um deslocamento desses segmentos sociais, reunidos nos primeiros núcleos urbanos europeus edificadas na segunda metade do século XIX, para as áreas mais periferias da cidade.

Os proprietários das fábricas deixaram as áreas centrais, buscando afastar-se do perigo infeccioso que contaminava as cidades industriais. Cientes dos males causados pela poluição do meio ambiente, almejavam a qualidade vida expressa no contato com o ar puro e a água cristalina, na privacidade dos

bairros elegantes e limpos. Os membros do clero também imbuídos do desejo de manterem-se próximos da natureza e longe das conturbadas atitudes mundanas, abandonaram os conventos do centro e, em contrapartida, se afastaram dos inconvenientes decorrentes das rebeliões sociais comuns nesse período. Aos pobres e imigrantes restava a instalação na região central desocupada. Casarões, conventos e palácios antigos eram transformados em moradias populares que não passavam de formas improvisadas de habitação, erigidas em condições deletérias, insalubres e alugados a preços acessíveis (CARDOSO, 1998).

As zonas verdes como hortos, bosques e pomares de palácios, e ainda, jardins menores plantados nos fundos das casas construídas em fileira, eram substituídas por consecutivas construções de casas e barracões industriais. Não por acaso, Engels, sob o impacto do contato com a Manchester de 1895, descrevia os horrores da deterioração da vida urbana (THOMPSON, 2000).

Não obstante, a periferia da cidade tornava-se território livre permeável às iniciativas independentes: criavam-se bairros de luxo, vilas humildes, setores industriais, depósitos e instalações técnicas conforme o entendimento dos empreendedores menos ou mais arrojados. Nesse circuito, paulatinamente, processava-se uma divisão social do espaço urbano, enquanto, nas cidades mais antigas sucumbia (frente ao crescimento dos contornos urbano-industriais) . A predominância populacional e arquitetônica visível nas. Intensificava-se a segregação dos corpos mediante o estabelecimento de bairros ricos, médios e pobres. O isolamento espacial e social da população citadina tornava-se esteticamente cada vez mais evidente. A criação de residências individuais com jardim, considerados privilégios, outrora reservado aos reis e nobres, tornava-se acessível aos ricos e à média burguesia (FRAMPTON, 1997).

Essa independência ou isolamento social dos ricos acentuava-se mediante a edificação de moradias isoladas e organizadas em vilas distintas. Aos pobres reservavam-se casas em fileiras ou moradias sobrepostas em edifícios de muitos andares, cuja privacidade ficava reduzida a alguns poucos metros quadrados. A especulação imobiliária já aparecia como fenômeno

considerado “inerente” ao sistema capitalista e, “naturalmente”, garantia que instalação dos bairros pobres ocorresse em locais desfavoráveis, ou seja, aos arredores das fábricas, onde imperava a poluição do ar (fumaça) e dos cursos d’água (produtos químicos), poluição sonora (ruídos), trânsito intenso de pessoas e animais.

A construção de grandes conjuntos habitacionais destinados à locação dos operários garantia significativos rendimentos. Os lucros eram frutos do uso de material inferior, edificações pequenas e apertadas, cobrança de aluguel com preços exorbitantes, se comparados às condições físicas oferecidas pelas moradias. O partido arquitetônico dessas habitações comprometia os modos de vida e os costumes tradicionais dessa população que nas áreas rurais contavam com maior alvedrio e o desenvolvimento de atividades ao ar livre, a criação de animais, a caça e o plantio de pequenos roçados, e ainda, possibilitava a eliminação de refugos, além de outras formas de apropriação do solo e das benesses oferecidas pela mãe-natureza.

O congestionamento espacial e construtivo das áreas urbanas, por sua vez, gerava a insalubridade, o acúmulo de dejetos, o amontoamento de transeuntes, carroças, animais. O resultado manifesto do descompasso entre o desenvolvimento da cidade industrial (liberal por opção) e a organização do ambiente citadino (opressivo por consequência), revelava-se altamente suscetível às ameaças da urbanização desordenada. A contaminação do ar, dos alimentos e da água não tardaria a causar a propagação de epidemias, como o surto de cólera deflagrado em 1830, por toda Europa.

Ainda assim, alguns políticos ingleses iriam se mobilizar, pontualmente, frente à questão, apenas em 1842 e 1845, promovendo o debate em torno da necessidade de se esquadriñar as habitações dos pobres e de promover-se a intervenção das autoridades médicas nesses locais. No caso das cidades francesas, somente após Revolução de 1848, socialistas e católicos, opositores da monarquia, promoveram inquéritos sobre o modo de vida dos operários e constataram as péssimas condições de habitação a que eram submetidos. Não

obstante, a tal constatação, as primeiras leis sanitárias datam de 1848, na Inglaterra, e de 1850, na França (HOBBSAWM, 2000).

Muito antes da metade da década de cinquenta desse século, ou seja, por volta de 1815, propostas urbanas revolucionárias (resultantes da indignação ou do temor) frente as inaceitáveis condições de vida do trabalhador nas cidades industriais, de certa forma, anteciparam as prerrogativas das pesquisas coletivas que iriam nortear a arquitetura moderna. A análise do espaço urbano, realizada por especialistas, e a programação racional de políticas públicas por parte das autoridades governamentais ainda tardariam, mas, sem dúvida, fomentariam projetos informados pelo anseio de mudanças sociais e alterações na organização dos conjuntos habitacionais populares.

Empreendedores burgueses, visualizando os possíveis benefícios da organização racional das áreas industriais, sugeriram a edificação de conjuntos habitacionais em áreas intermediárias, capacitados à conjugação da auto-suficiência cultural e econômica. As bases estruturais da sociedade tradicional, no entanto, acentuariam cada vez mais a dicotomia existente a cidade e o campo, potencializado nas diferentes condições de habitação, trabalho e lazer possíveis nas áreas urbanas e rurais.

A formulação da “aldeia” de Robert Owen (1771-1858), rico industrial inglês que propôs dispor de um grupo de mil e duzentas pessoas num terreno agrícola de cerca de quinhentos hectares, previa a edificação de um conjunto arquitetônico constituído por habitações que formam um enorme quadrado. A construção comportava num dos lados, dormitórios para acomodação de rapazes solteiros, enfermaria e albergue para visitantes. As outras três laterais, ficavam reservadas às moradias individuais destinadas ao convívio de casais com filhos menores. Na área central do conjunto projetava-se a alocação de edifícios públicos, como a cozinha com restaurante comunitário, escola, biblioteca, centro de convivência para os adultos, zonas verdes para o lazer e esporte. O perímetro externo da “aldeia” era cercado por jardins e um anel de ruas com instalação de estabelecimentos industriais, armazéns, lavanderia, cervejaria, moinho, matadouro, estábulos (BENEVOLO, 1993).

O ambicioso projeto de Owen foi apresentado entre 1817-1820 para governo inglês. Todavia, a amplitude do mesmo não foi compreendida pelos parlamentares, nem tampouco por seus pares burgueses. A “aldeia” procurava resolver simultaneamente vários problemas vivenciados pelos habitantes urbanos ricos e pobres: afastava a população trabalhadora das áreas de convívio com a classe dominante, disciplinava-a e promovia a higienização urbana minimizando o problema da saúde pública, oferecia melhores condições de vida e trabalho visando o aumento da produtividade, a concentração em torno das regiões industriais, poupando tempo e dinheiro gasto com o traslado.

Inconformado, em 1825, Owen comprou um terreno em Indiana, nos Estados Unidos da América, com intenção de instalar seu projeto. Contudo, na tentativa de contornar as dificuldades financeiras impostas pelo arrojado empreendimento, procurou adaptá-lo a uma aldeia já existente na região, mas frustrou-se mediante o fracasso da experiência.

Outras iniciativas foram acionadas no sentido de resolver a questão urbana. Entre elas destaca-se a dos falanstérios, do escritor francês Charles Fourier (1772-1837), cujo intuito era viabilizar a instalação de cerca de mil e seiscentas pessoas de diferentes classes sociais, num grande edifício unitário disposto num terreno de duzentos e cinquenta hectares. Tratava-se de um “palácio” monumental em forma de ferradura (inspirado no formato do Versailles), instalado numa zona verde (parque), próximo à enseada de um rio.

O edifício comportava um pátio central e vários pátios menores, nos quais instalavam-se edifícios acessórios capazes de acolher a escola, o teatro, a lavanderia e os banhos públicos. No térreo ficavam previstas passagens para carroças, no primeiro andar, galerias e corredores cobertos conectavam todos ambientes do edifício, substituindo as ruas. Os cômodos do segundo e do terceiro andar do edifício eram reservados à acomodação dos adultos. Os mezaninos destinavam-se ao abrigo dos moços, enquanto as extensões postas logo abaixo do telhado eram designadas a acolher os hóspedes. O projeto do Falanstério parece ter sido bem aceito por seus contemporâneos, pois entre 1830 e 1850, foram construídos cerca de cinquenta edifícios desse gênero,



distribuídos em países como a França, a Rússia e a Argélia, além das edificações erigidas na América. O referido projeto chegou a inspirar construções mais modestas voltadas unicamente para o abrigo de operários, durante o II Império francês, denominadas familistérios (FRAMPTON, 1997: p. 15-18) .

Essa iniciativa, além de viabilizar a solução do problema da falta de moradias urbanas, apostava na possibilidade de que a convivência entre as várias classes sociais fosse capaz de promover certa disseminação de hábitos de higiene e “bons costumes” entre os pobres, considerados rudes e pouco adaptados aos padrões de convívio social necessários ao desenvolvimento da sociedade industrial.

Sem dúvida, os primeiros ensaios urbanísticos, emergentes na segunda metade do século XIX, se assentavam em ideais tidos como progressistas, como naqueles vislumbrados por “socialistas utópicos” como Owen e Fourier. Nessa linha interpretativa, desenvolveram-se projetos sociais urbanos centrados no atendimento das necessidades do chamado “homem-tipo”, perfil estereotipado daqueles que acreditavam de maneira incondicional na razão, no progresso industrial, nos signos da modernidade (higiene, produtividade, etc.).

O espaço fragmentado e geometricamente determinado defendido pelo arquiteto Tony Garnier, também constituiria um dos referenciais mais importantes no âmbito do reconhecido ideal de progresso preponderante na época. Na contracorrente dessas idéias, o teólogo inglês W. Morris (1834-1896) como tributário do chamado urbanismo culturalista sustentava a defesa da unicidade do homem, a necessidade de se buscar a harmonia do “ser total”. No campo da arquitetura, opôs-se aos padrões arquitetônicos de sua época, fundando o Movimento Arts and Crafts (GYMPEL, 2000, 82).

Via-se no período o delineamento do culto à beleza considera intrínseca às cidades antigas e a recusa sistemática do valor heurístico da história que tomava os monumentos antigos apenas como fontes documentais para a compreensão do passado. O arquiteto e historiador da arte, Camillo Sitte, ao sugerir a reconstrução de cidades históricas, encamparia o projeto urbano

culturalista tido como iniciador da concepção de cidade como espaço fechado e contínuo (CHOAY, 1993).

Se na Europa, onde teve início a Revolução Industrial, o crescimento urbano fez-se mais cedo e atingiu o seu ápice na segunda metade do século XIX, verificou-se certa atenuação desse crescimento no decorrer do século seguinte, especialmente após os anos 50. Nos países da América Latina, por exemplo, as cidades sofreram influências do colonialismo europeu, mantendo-se atreladas aos referenciais arquitetônicos que resultaram na edificação de igrejas barrocas e construções ecléticas assentadas no revivalismo, lugares nos quais o urbanismo moderno não conseguiu ser, talvez, tão arrojado quanto na América do Norte. Mas, o maciço crescimento urbano latino-americano, de modo geral, dar-se-ia por volta do século XX, sobretudo a partir do fomento das correntes imigratórias e do incremento dos meios de comunicação e transportes.

No continente europeu sobrevivia uma rede de cidades, cingidas por núcleos antigos repletos de diversidades estéticas e de patrimônios arquitetônicos reconhecidos como tal, enquanto nas cidades da América anglo-saxônica e da Austrália, predominavam o emprego de plantas ortogonais constituídas em torno de áreas centrais destinadas aos negócios (conhecidas como Central Business District) e marcadas pelo planejamento de ruas largas.

Na América Latina, no entanto, as cidades dividiam-se em praticamente quatro áreas distintas: o núcleo de negócios constituídos de edifícios altos e modernos; os espaços residenciais das classes mais abastadas implantados ao lado daquelas áreas centralizadoras da atividade comercial e administrativa (BEYER, 1969). Do lado oposto, organizavam-se os chamados bairros coloniais, nos quais alojava-se a população branca (colonizadora). Aos arredores do espaço urbano erguiam-se as moradias mais humildes, onde viviam toda espécie de pessoas, aquelas que se dedicavam às atividades comerciais e à agricultura de subsistência, ou ainda, como assinalou Jean B. Debret, ofereciam a prestação de diversos outros serviços.

Nessas formas de estruturação das cidades ficava prevista certa segregação dos espaços sociais considerada necessária para evitar a disseminação de toda espécie de comportamento inadequado às regras de convivência e sociabilidades civilizadas. Assim como na Europa, a divisão dos corpos era reconhecida como medida eficaz na retenção das doenças contagiosas, evitando a contaminação dos segmentos mais abastados. Deve-se reconhecer, porém que a exclusão dos pobres, dos espaços centrais das cidades foi, desde longa data, uma estratégia muito cara aos grupos dominantes.

## **2.As cidades industriais no Brasil**

No início do século XX, uma série de transformações começava a ocorrer nas principais cidades brasileiras, concretizando-se o processo de urbanização no país. A população rural dirigia-se para os espaços citadinos, demandando inicialmente alterações nos terrenos, nas formas de habitação, na infra-estrutura urbana básica das vilas.

A conformação do espaço natural destinado a acolher as cidades que se formavam era condicionada pelas determinantes naturais do meio que, em princípio, ajustavam ou segregavam os locais de acordo com suas próprias potencialidades (proximidades dos mananciais de água, terrenos planos, pouco acidentados que garantiam fácil acesso, entre outros aspectos). Nessa direção, a apropriação das áreas mantinha certa ordenação interna, embora, não condicionada à interferência direta do poder público. Ainda assim, a falta de planos reguladores de ocupação não garantia o acesso das populações menos abastadas às moradias adequadas, pois a ocupação urbana dependia de uma série de vetores condicionados ao preço das locações, dos terrenos, quase sempre inatingíveis a maior parcela da população pobre.

Na tentativa de driblar os custos da habitação e do transporte, os segmentos sociais referidos invadiam áreas públicas ou privadas, geralmente próximas aos mercados, de modo a viabilizar sua integração no circuito

econômico da cidade e o atendimento de suas necessidades básicas de abastecimento. O planejamento urbano passou a ser reconhecido no Brasil, apenas na segunda metade do século XX, por meio de políticas circunscritas a higienização sistemática e a organização funcional do espaço urbano, numa perspectiva reduzida das possibilidades mais modernas do planejamento urbano, então acionadas em outros continentes (RAGO, 1986, p. 121-143).

A eficácia das reformas ou dos ordenamentos urbanos restringia-se a instalação dos segmentos dominantes em áreas privilegiadas, mas não resolvia o problema das demandas residenciais para os trabalhadores, do desconforto causado pelo crescimento irregular da cidade. Tal prática implicava noutra forma de exclusão social tornando-a mais evidente à medida que, em torno das áreas planejadas cresciam, com velocidade impressionante, as improvisadas estalagens dos segmentos subalternos (CARVALHO, 1992, p. 23).

Posteriormente, as cidades planejadas para o progresso industrial seriam projetadas atuar como base de apoio de grandes empresas. Para tanto, deveriam ser organizadas de modo a atender as necessidades das empresas que as ergueram, garantir a regularidade do trabalho, a retenção e, por vezes, a qualificação de uma mão-de-obra não especializada, a satisfazer os pleitos da reprodução coletiva da mão de obra contratada, entre outras condições fundamentais estabelecidas pela produção industrial. De maneira distinta das cidades políticas, os centros urbanos industriais buscavam a inclusão da força de trabalho no espaço da cidade, como pré-requisito justificador da sua existência, lançando mão de mecanismos diferenciados de controle e disciplina do trabalho para além dos muros das fábricas, estendendo a disciplina para o **lócus** educacional e do lazer, partilhado também pelo núcleo familiar e religioso.

A empresa Belgo-Monlevade, localizada no estado de Minas Gerais - Brasil, vem sendo citada pelos estudiosos do tema, como exemplo dessa disposição, pois constitui uma mostra significativa da preocupação com *preparação de uma mão-de-obra desqualificada, pouco afeita ao trabalho*

*fabril disciplinado, necessitando assim de uma tutela direta por parte da empresa* (MONTE-MÓR E MOURA, 1997).

A segregação da população trabalhadora se daria a partir da utilização de outros artifícios, entre os quais, destacava-se a não contratação dos operários considerados inaptos às atividades desenvolvidos pela indústria criadora do espaço urbano referido, ou incapazes de adquirir a formação essencial a sua qualificação, potencializando, cada vez mais, as estratégias capitalistas de gestão da força de trabalho.

Curiosamente, a implantação das cidades, planejadas para atender a produção e a gestão dos espaços diretamente ligados à reprodução da mão de obra fabril era assumida pelas empresas. Mas, ao longo do tempo, esta carga foi sendo repassada às autoridades governamentais dos municípios. Por certo, essa transferência de responsabilidades pautou-se na estratégia de criação de um espaço de controle mais amplo, capaz de contribuir para a "domesticação" dos habitantes citadinos, através da contínua socialização da educação necessária a empresa capitalista.

As autoridades responsáveis pela gestão das cidades, atentas aos limites das ordenações urbanas acima arroladas, passaram, na década de 1980, a encarar a questão do crescimento das favelas nos centros urbanos como umas das resultantes da economia capitalista, reorganizando o crescimento urbano através de suportes legais como a lei federal 6766 (1979) que regularizava e estabelecia diretrizes claras para o loteamento do solo urbano, inviabilizando ações especulativas direcionadas para onerar as transações do solo urbano. Essa lei, colocava em xeque a expansão física da cidade e principalmente da região metropolitana, priorizando um processo, urbanisticamente mais interessante de ocupação e adaptação do solo.

Outro dispositivo legal acionado em 1985, assegurava o direito de acesso ao solo urbano aos moradores das vilas e favelas, buscando incorporá-los ao espaço citadino, sem promover a descaracterização dessa forma de ocupação, permitindo-lhe a permanência no local e estabelecendo o custo do solo ocupado.

Entendido mediante parâmetros menos rígidos e excludentes, o acionamento da legislação urbana nos moldes acima arrolados não só imporiam maior responsabilidade social aos profissionais da referida área de conhecimento, como também, imprimiria um salto qualitativo nos modos de ver e pensar a cidade.

A beleza da paisagem citadina seria paulatinamente associada pelos urbanistas à capacidade de interação entre o cenário natural e o ambiente produzido no **lôcus** urbano. Mais do que isso, seria concebida como fruto do equilíbrio suportável entre o meio e as interferências dos seus habitantes nas formas de apropriação do solo, do espaço coletivo e privado, segundo as prioridades do seu próprio **modus vivendi**.

Assim, talvez, o funcionalismo determinista do planejamento urbano tenderia a ser suplantado por maneiras mais fruídas de convivência social e desenvolvimento humano. A cidade industrial, gerada por uma fábrica, é uma novidade histórica própria do capitalismo. Apenas as cidades mineradoras de modos de produção anteriores partilham dessa especificidade de organização do espaço onde riqueza, poder e festa se juntam no espaço da produção e do trabalho, submetidas ao controle da produção. Nas Minas Gerais do século XVIII (assim como nas cidades garimpeiras da Amazônia contemporânea) apenas quando a exploração mineral decai é que se estrutura mais claramente o espaço da cidade.

A quem da viabilidade dos dispositivos legais, o planejamento de cidades modernas brasileiras tem se pautado por modelos que priorizam representações monumentais do poder e da ordem, seja criando áreas exclusivamente habitadas por *cidadãos respeitáveis* – para usar a terminologia empregada pelos pensadores burgueses no início do século XIX (HOBBSAWN, 1996), seja promovendo a exclusão dos trabalhadores da cidade, banidos para áreas suburbanas caricatamente rotuladas de *cidades satélites*, como em Brasília, Distrito Federal do Brasil (Monte-Mór, 1994). Padrões arquitetônicos arrojados seriam empregados para garantir as representações do poder e da ordem instituída.

Para concluir deve-se lembrar que, as idéias outrora defendidas por autores que comungavam das teses de Camilo Sitte (profissionais para quem o reconhecimento do belo na paisagem urbana centrava-se no equilíbrio entre as relações humanas e as proporções do espaço) se tornaram referências para proposta atuais de edificação da cidade como um ambiente ecologicamente caracterizado. Assim, sugerem que a coexistência entre inúmeras atividades desenvolvidas no espaço citadino poderia ser assegurada harmonicamente mediante o respeito mútuo entre as diferenças, as diversidades funcionais e espaciais do ambiente urbano.

### Referências **Bibliográficas**

BENEVOLO, Leonardo. **História da Cidade**. São Paulo: Perspectiva, 1993.

BEYER, Glen H. **Explosão urbana na América Latina**. Rio de Janeiro: Victor Publicaciones, 1969.

\_\_\_\_\_. **Cidades – A urbanização da Humanidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

CARDOSO, Ciro F. Repensando a construção do espaço. In: **Revista de História Regional**. Ponta Grossa: Departamento de História/UEPG, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados – O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

CHOAY, A *história e o método em Urbanismo* – Françoise Choay (BRESCIANI, Maria Stella. **Imagens da Cidade – Séc. XIX –XX**. São Paulo: Anpuh/Marco Zero/Fapesp, 1993).

FRAMPTON, Kenneth. **Arquitetura Moderna**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

GYMPEL, J. **História da Arquitetura**. Colônia: Konemann, 2000.

HOBSBAWN, Eric. **A era dos extremos**. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

LEFÈBVRE, H. **Le droit à la ville**. Paris: Anthropos, 1968.

\_\_\_\_\_. **The survival of capitalism: reproduction of the relations of production**. London: Allison & Busby, 1976.

MONTE-MÓR, R.L. *Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental*. In: SANTOS, M. et alli (orgs.). **Território, globalização, fragmentação**. São Paulo: Anpur/Hucitec, 1994.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar. A utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

THOMPSON, E. P. **Costumes em Comum – Estudos sobre a cultura popular tradicional.** São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.